

José Renato de Oliveira Silva

PARTIDOS POLÍTICOS, FIDELIDADE OBRIGATÓRIA E COLIGAÇÕES

as tensões pela titularidade do
mandato eletivo no Brasil



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2023 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2023 by José Renato de Oliveira Silva.



 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Júlia Noffs

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Luiz Zenha

Diagramação

Joane Biosa

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

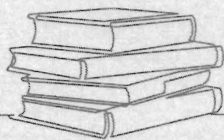
Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Larissa Teixeira
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Diego Sales
Laís Silva Cordeiro
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, José Renato de Oliveira.
Partidos políticos, fidelidade obrigatória e coligações : as tensões pela titularidade do mandato eletivo no Brasil / José Renato de Oliveira Silva. – São Paulo : Editora Dialética, 2023.
136 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-8741-6

1. Partidos políticos. 2. Direito. 3. Ciências políticas. I. Título.

CDD-320

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO | 13

2. O DIREITO ELEITORAL E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL | 17

2.1 INTROITO: BREVES CONSIDERAÇÕES
SOBRE A DEMOCRACIA | 17

2.2 O DIREITO ELEITORAL | 24

2.3 OS PARTIDOS POLÍTICOS | 28

2.4 O DESENVOLVIMENTO DO DIREITO
ELEITORAL E DOS PARTIDOS POLÍTICOS
NO BRASIL | 36

2.5 A CODIFICAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA | 53

3. AS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS | 55

3.1 DO “RENASCIMENTO” DOS
PARTIDOS POLÍTICOS AO ATUAL
QUADRO PLURIPARTIDÁRIO NO PAÍS | 55

**3.2 OS SISTEMAS REPRESENTATIVOS
MAJORITÁRIO E PROPORCIONAL E SUA
RELAÇÃO COM AS COLIGAÇÕES NO
BRASIL | 64**

**3.3 AS COLIGAÇÕES NO SISTEMA
MAJORITÁRIO E A REGRA DA
VERTICALIZAÇÃO IMPOSTA PELO TSE
EM 2002 | 68**

**3.4 AS COLIGAÇÕES NO SISTEMA
PROPORCIONAL | 71**

4. A REGRA DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA OBRIGATÓRIA | 75

**4.1 DEFINIÇÃO E SEU HISTÓRICO NO
BRASIL | 75**

**4.2 A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DA
FIDELIDADE PARTIDÁRIA OBRIGATÓRIA
COM A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS | 87**

**4.3 A RESPOSTA DO TSE ÀS CONSULTAS N.ºS.
1.398 E 1.407 E A POSIÇÃO DO STF NO
JULGAMENTO DOS MANDADOS DE
SEGURANÇA N.ºS. 26.602, 26.603
E 26.604 | 91**

**4.4 A RESOLUÇÃO TSE 22.610: REGULAR
EXERCÍCIO DO PODER NORMATIVO
DA JUSTIÇA ELEITORAL OU SINTOMA DE
JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA? | 95**

5. AS TENSÕES ENTRE A FIDELIDADE E AS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS: COMO O JUDICIÁRIO BRASILEIRO VEM ENFRENTANDO O PROBLEMA | 111

- 5.1 A EXCLUSÃO DA REGRA DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA OBRIGATÓRIA AOS OCUPANTES DE CARGOS MAJORITÁRIOS PELA ADI 5081/DF | 111
- 5.2 A FIDELIDADE PARTIDÁRIA OBRIGATÓRIA COM O REGRAMENTO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 13.165/2015 | 114
- 5.3 O PROBLEMA QUE PERSISTIA COM RELAÇÃO ÀS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS E A SUA VEDAÇÃO PELA EC 97/2017 | 117

CONCLUSÕES | 125

REFERÊNCIAS | 131